

SABERES DA PRÁXIS EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MEIO RURAL

PRAXIS OF KNOWLEDGE IN YOUTH AND ADULT EDUCATION IN RURAL AREAS

Edilene Santos Portilho

Resumo: Este trabalho dá foco às questões que se apresentaram em experiências do processo político-pedagógico vivenciado durante o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, Brasil. As necessidades de manter as ações na EJA perante as adversidades que engolem a realidade, caracterizada pelas carências que estão submetidas as classes populares, carrega junto a urgência em perceber que a EJA ainda sobrevive em condição provisória e precária. Quando se trata do tema no contexto das áreas rurais, as dificuldades se agigantam. Pois as estruturas e os processos que regem esta realidade é ainda pior, o que acaba sendo preponderante sobre as experiências. Assim, a maioria das ações não ocupa lugar de destaque nem o interior da escola. Isto evidencia um certo caráter provisório e descompromissado com as efetividades da escolarização nos aspectos temporal e espacial.

Palavras-chave: educação, jovens e adultos, meio rural.

Abstract: This paper gives focus to the issues that presented themselves in the experiences of political-pedagogical process experienced while working with the Youth and Adults in rural areas of the state of Rio de Janeiro, Brazil. The need to maintain actions in the face of adversity EYA reality, characterized by inefficiencies that are undergoing the popular classes, carry along the urgent need to realize that the EYA still survives in temporary and precarious condition. When it comes to the topic in the context of rural areas, the difficulties are magnified. For the structures and processes that govern this reality is even worse, what ends up being predominantly on the experiences. Thus, the majority of the shares does not occupy a prominent place not inside the school. This highlights a provisional character and uncompromising with the effectiveness of schooling in the temporal and spatial aspects.

Keywords: education, youth and adults, rural areas.

O analfabetismo no Brasil como indicador da realidade educacional: A EJA traz em seu bojo, sobreposições de necessidades/dificuldades da realidade das classes populares. Assim, a maioria das experiências não assume lugar de destaque nem o interior da escola. São determinantes políticas, sociais e econômicas que acabam por incidir em demandas pela escolarização no país, em paradoxo, não se firmam políticas que assegurem a EJA como realidade, principalmente nas áreas as quais mais necessitam. O Brasil, no período de 1950 a 1980, foi marcado por um aumento do número absoluto de analfabetos, houve um salto de 15.272.623 para 22.393.148¹ e, atualmente é o país latinoamericano com o maior número absoluto de analfabetos funcionais, são 16 milhões de brasileiros que não sabem ler ou escrever um bilhete simples. Além disto, há 14,1 milhões de analfabetos

absolutos (dados divulgado pela UNESCO em 2011), o maior número desses analfabetos estão habitantes nas periferias das grandes cidades e nas áreas rurais do país. Apesar da EJA estar apresentada como meta de governo desde o Plano Nacional de Educação apresentado no século passado, que defendia alfabetizar os milhões de jovens e adultos em cinco anos e erradicar o analfabetismo no final do século (Julião, 2003), viu-se que nem no final da primeira década do século XXI, foi representativa as ações que priorizassem a alfabetização. Os números são resultado do processo histórico de um país, em que populações de menor poder econômico são as mais afetadas. Pois, quanto mais distantes dos centros urbanos ou em maiores condições de pobreza nas cidades, maior a dificuldade em garantir o acesso ou a manutenção das crianças e dos jovens nas escolas. Associado o fator econômico e geográfico, outros estão associados e acabam por confirmar a condição de pobreza e marginalização. O principal deles é a falta de políticas públicas que assegurem os direitos sociais nas áreas mais empobrecidas das cidades e do meio rural. O marco legal que determina os direitos educativos para os brasileiros jovens e adultos estão assegurados no Capítulo III, Seção I - Da Educação da Constituição Federal, Artigo 208, inciso I, que garante a provisão pública de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Maria Clara Di Pierro e Mariângela Graciano: 2003). Mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevendo a escolarização básica dos jovens e adultos na Seção V do Capítulo II da Educação Básica, ainda não há na realidade uma política permanente que garanta a concretude deste direito. A partir das pressões da sociedade civil, a fim de amenizar as disparidades de escolarização e do alto índice de analfabetismo como problema em todas as regiões, surgiram iniciativas de alfabetização de jovens e adultos por todo o país, sob a política de programas de governo.

As condições da EJA em áreas rurais: Atualmente, para as áreas rurais apresenta-se em destaque o programa de educação em áreas de reforma agrária - Pronera. Este programa financia a escolarização em diversos níveis (alfabetização, fundamental ao superior), prioritariamente, para assentados da reforma agrária. As instituições de educação superior são as principais executoras das ações. Em grande parte das experiências tem se observado uma melhoria dos níveis de escolarização das populações das áreas atendidas pelo programa, por outro lado, este mesmo seguimento tem encontrado dificuldades geradas pela desestruturação e fechamento de escolas. Em 2011, no Brasil, foram mais de 20 mil escolas fechadas, a maioria delas se localizavam nas áreas rurais do país. As inúmeras dificuldades, dentre elas a própria condição sobre a qual se criou e se reproduz o problema do analfabetismo no Brasil: a problemática da reforma agrária ineficiente, a não implementação de políticas básicas (educação, saúde, habitação) e a falta de estruturas mínimas do meio rural como estradas, energia e assistência técnica. São resultantes de todo um processo histórico que produziu a exclusão social. É comum ser descrito na EJA as precárias condições de funcionamento das aulas, a baixa frequência e aproveitamento escolar dos educandos, a má remuneração e desqualificação dos professores, a inadequação do programa e do material didático à clientela e a superficialidade do aprendizado, pelo curto período designado para tal. A realidade não se apresenta tão exata como se tem previsto os manuais dos programas governamentais, pois as diferentes realidades (e o processo histórico do país) nos mostraram que no meio rural as metas são afetadas pela: a) alta rotatividade de estudantes da EJA, influenciados pela série de especificidades, que podemos descrever da má conservação das estradas que dificultam de acesso devido aspectos geográficos/climáticos; b) o cansaço físico e psicológico dos/das

trabalhadoras pelo o excesso de trabalho, há registros de classes que sofrem os impactos do trabalho escravo, na rota dos canaviais no município de Campos dos Goytacazes; c) estruturas precárias de classes que funcionam em barracos nos campamentos e, nos assentamentos em espaços comunitários cedidos como igrejas e barracões comunitários; d) carência de profissionais capacitados para atuar na do trabalho docente. A ausência de estruturas nas áreas são acrescidas à falta de motivação e perspectivas - há casos de suicídios - de populações que vivem anos esperando ao mesmo tempo que lutam pela terra, por melhores condições de vida e pela escolarização no campo. Neste caso, é essencial a atuação como animadores/motivadores do processo educacional nas áreas no sentido de, primeiramente, as comunidades se empenhem em: construir as escolas; reconhecer a importância da formação do educador; apoiar o funcionamento das classes.

Finalizando: Há muito que ser investido na educação no meio rural, esta é uma missão não apenas das instituições governamentais e não governamentais, mas também da própria sociedade brasileira. Vale destacar que as condições de precariedade são o resultado de um processo político histórico, mas que não tira as forças de seus protagonistas no sentido de buscar novas possibilidades para que seja garantido o acesso a educação básica. Além das dificuldades que interferem no quadro da educação no meio rural de grande parte das regiões brasileiras, em específico, no meio rural do Estado do Rio de Janeiro, a população rural analfabeta ou em processo de alfabetização, vive em um contexto de acentuada pobreza e a falta de perspectivas/expectativas agravam ainda mais o processo de educação mesmo antes dele começar. Devido a morosidade do processo de reforma agrária, os permanentes despejos, a falta de garantia dos direitos sociais básicos e a falta de infraestrutura nas áreas consideradas assentamentos rurais se tornam preponderantes à educação de jovens e adultos.

Referências Bibliográficas:

BERTUSSI, Guadalupe Teresinha. O analfabetismo na América Latina: uma análise comparada. IN: Estudos comparados e educação na América Latina. Maria Ciavatta Franco (organizadora). Livros do Tatu: Cortez. São Paulo.1992. 136 p.

DI PIERRO, Maria Clara. GRANCIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil: informe apresentado á Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe. São Paulo, Brasil, Ação Educativa - junho de 2003.

JULIÃO, Elionaldo. F. PNE uma política social em discussão: análise das propostas de Planos Nacionais de Educação encaminhados ao Congresso Nacional Brasileiro para o último decênio. In: 51º Congresso Internacional de Americanistas, 2003, Santiago do Chile, 2003.